

Intervenção no âmbito da discussão do Programa de Ação

Tema: IPSS e Misericórdias

Cláudio Moreira | SPN

Camaradas e amigos,

Saúdo o 15.º Congresso Nacional dos Professores e todos os delegados e convidados aqui presentes.

A Educação de qualidade começa desde a infância. Mas só se concretiza com profissionais respeitados, valorizados e tratados com dignidade — independentemente do setor onde trabalham. No entanto, no setor social, com educadores e professores das IPSS e Misericórdias, o que encontramos é precisamente o contrário: desvalorização crónica, exploração e indiferença institucional.

A FENPROF tem estado na linha da frente na denúncia desta realidade, na exigência de dignidade destes docentes. Há reivindicações que não podem continuar a ser empurradas para o fundo da gaveta. Desde logo, a contagem integral do tempo de serviço prestado em Creche para efeitos de progressão na carreira — um direito sonegado há 19 anos. Estes educadores estão bloqueados no nível 5, com salários equivalentes ao escalão de entrada do ensino público.

Em 2023, o Governo reconheceu esse tempo de serviço para efeitos de graduação nos concursos públicos. Então por que razão a CNIS e a União das Misericórdias continuam a negar esse reconhecimento? O que é que separa o educador em Jardim de Infância do educador em Creche? A função é a mesma. O trabalho é o mesmo. A qualificação é a mesma. A carreira é a mesma.

A CNIS admite que a carreira é a mesma, mas no mesmo fôlego, considera que o reconhecimento do Governo não os vincula a nada. Esta norma dita “transitória”, que bloqueia educadores a meio da carreira, é uma violação do princípio da equidade profissional.

Mas a injustiça não se esgota na progressão. A carga horária também é desigual. No público, 25 horas semanais com crianças, no privado, 30 horas. Cinco horas semanais a mais. Ao fim de um ano, mais um mês de trabalho direto com crianças. É um modelo de sobretrabalho sistemático e da exploração máxima pelo menor custo possível. Modelo que mina a saúde dos profissionais e desvaloriza a profissão.

Apesar disso, em março de 2025, o Governo da AD aprovou contratos de associação com o setor privado para abrir mais 200 salas de pré-escolar. Em nome de quê? Precarização, sobretrabalho, ausência de direitos.

Não admira que os docentes do privado fujam para o público assim que podem. No público, o tempo conta — graças à luta da FENPROF — os horários são mais

respeitados, os salários são mais justos, e o estatuto profissional existe. No privado, o que há é estagnação, indiferença e exploração, contrariando as invenções proferidas pelo diretor executivo da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, Rodrigo Queiroz e Melo, que, à boca cheia, manifestou que os professores estão melhor no privado, porque não ficam a cumprir mais tempo na escola, têm os fins de semana livres e ambiente de trabalho estimulante. Camaradas, se não fosse trágico, seria cómico. Mas estas invenções são perigosas. São uma inversão completa da realidade vivida no privado. São um insulto aos que vivem todos os dias a precariedade e o abuso por parte das entidades patronais.

É também urgente travar a degradação nas Creches: salas sobrelotadas, rácios esticados até 20 crianças ou mais, horários desregulados, falta de pausas letivas, e atribuição de funções que não cabem aos docentes — vigilância na hora de almoço, procissões religiosas, “catequese”, são apenas alguns exemplos. É o “colaborador polivalente” que tudo faz, menos ser tratado como docente. Tudo isto num ano em que o setor social terá o maior financiamento público de sempre.

Por isso, no próximo mandato da FENPROF, será prioritário:

- O imediato desbloqueamento da carreira dos educadores em Creche;
- A transferência da tutela das Creches para o Ministério da Educação;
- A reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;
- A criação de um Estatuto do Educador e Professor do Ensino Particular e Cooperativo;
- A redução da componente letiva de acordo com idade e tempo de serviço;
- A garantia de direitos fundamentais transversais ao setor privado;
- E a revogação da caducidade da Contratação Coletiva, para que a negociação seja um avanço, e não um retrocesso.

Camaradas, esta luta faz-se na mesa de negociações — mas também se faz, sobretudo nas instituições. É urgente reforçar a ação sindical, com mais delegados sindicais ativos, organizados e combativos, que conheçam os seus direitos. O medo não pode ser maior do que a solidariedade na luta pela reivindicação dos direitos.

A FENPROF já demonstrou abertura para negociar. Mas não aceitará propostas que perpetuem a exploração. A greve de 22 de janeiro nas IPSS, a greve de 21 de março nas Misericórdias, e a mobilização para o próximo dia 24 de maio são sinais claros de que esta indignação está viva — e vai continuar. Uma só profissão, os mesmos direitos. Esta é a nossa bandeira e não será arriada.

Vivam todos os educadores, professores e investigadores!

Viva o 15.º Congresso Nacional dos Professores!

Viva a FENPROF!